

## **ACTA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA DE 25 DE JUNHO DE 2010**

----- No dia vinte e cinco do mês de Junho do ano de dois mil e dez reuniu-se no Salão Nobre dos Paços do Concelho, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Lousada. A Mesa foi constituída pelo presidente da Assembleia, Mário Fonseca e secretariada por Mário Sérgio Cunha e Maria de Lurdes Castro com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- 1 - Interpelação ao Sr. Presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município; -----

----- 2 - Apreciação das informações remetidas pelo Sr. Presidente da Câmara nos termos da lei; -----

----- 3 – Alteração do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais – Taxa do Regime do Exercício da Actividade Industrial (REAI); -----

----- 4 – Segunda revisão ao Orçamento da Despesa e Plano Plurianual de Investimentos e primeira revisão ao Orçamento da Receita. -----

----- Com a sessão marcada para as vinte e uma horas, não havendo quórum, procedeu-se à chamada às vinte e uma hora e trinta minutos tendo respondido à chamada: José Augusto Barros, Joaquim Almeida Santos, Carlos Manuel Soares Nunes, Joaquim Cardoso, Mário Sérgio Teixeira da Cunha, Cláudia Patrícia Alves Pereira Lousada, Joaquim José da Silva Rocha, Cristóvão Simão Ribeiro, João Carlos Pinto Correia, Manuel Campos Neto, Alberto Oliveira, Ricardo Jorge Ribeiro Sousa Oliveira, Maria de Lurdes Oliveira de Castro, Joaquim José Correia Bessa, José Bernardino Pinto Nogueira, Vanda Sofia de Oliveira Bragança, Ana Margarida Morais da Silva Neto, Nelson Ângelo Coelho Oliveira, Virgínia Luzia Monteiro, Rui Filipe Ribeiro Magalhães, Branca Cecília de Sousa, Filipa Maria Ventuzelos, Francisco Xavier Teixeira Pires, José Moreira Morais, presidente da Junta de Freguesia de Alvarenga, Manuel da Silva Ferreira presidente da Junta de Freguesia de Aveleda, Sara Cristina Pereira representante legal do presidente da Junta Freguesia Barrosas Santo Estêvão, Dora Manuela Santos presidente da Junta de Freguesia de Boim, António Sousa Meireles presidente da Junta de Freguesia de Caíde de Rei, Eduardo António Taveira presidente da Junta de Freguesia de Cernadelo, João Luís Meireles cabeça da lista mais votada na Freguesia de Covas, Jorge Simão Teixeira presidente da Junta de Freguesia de Cristelos, José Manuel Nogueira presidente da Junta de Freguesia de Figueiras, Antero Pinto Leal presidente da Junta de Freguesia de Lodares, Amâncio Augusto Santos presidente da Junta de Freguesia de Lustosa, Alberto Carlos Sousa

presidente da Junta de Freguesia de Macieira, José Luís Pacheco presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde, António Carlos Ferreira presidente da Junta de Freguesia de Nogueira, Moisés Dias Ribeiro, presidente da Junta de Freguesia de Ordem, José Ribeiro da Silva presidente da Junta de Freguesia de Pias, Fausto Manuel Oliveira presidente da Junta de Freguesia de Silvares, Adrião Paulo Mendes presidente da Junta de Freguesia de Sousela, Carlos Manuel Fernandes presidente da Junta de Freguesia de Torno, e Mário Fonseca, num total de quarenta e três membros. Estiveram também presentes o senhor presidente da Câmara e os senhores vereadores Leonel Vieira, Pedro Machado, Cristina Moreira, Maria Cândida Barreira, Eduardo Vilar e Agostinho Gaspar. -----

----- O Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão -----

----- PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- O senhor presidente da Assembleia começou por dar conhecimento da alteração na composição da Mesa. De seguida informou que Joaquim da Silva Cardoso substitui o membro Ana Raquel Conceição que comunicou uma ausência por dez dias, Manuel de Campos Sousa Neto substitui o membro Maria Emília Chamusca que comunicou uma ausência por trinta dias, Ricardo Jorge Ribeiro de Sousa Oliveira substitui o membro José Manuel Gonçalves que comunicou uma ausência por trinta dias, Virgínia Luzia dos Santos Monteiro substitui o membro António Filipe Barbosa que comunicou uma ausência por trinta dias. O presidente da Junta de Freguesia de Nespereira, José Oliveira Nunes, comunicou que seria representado pelo seu representante legal, Francisco da Rocha Machado, assim como o presidente da Junta de Freguesia de Barrosas Santo Estevão, Fernando Jorge dos Santos Martins, pelo seu representante legal Sara Cristina Ferreira Pereira. Esclareceu ainda que a acta de vinte e seis de Fevereiro de dois mil e dez foi corrigida na página cinco, linha quinze, onde dizia: “profissionais” passou a dizer “professorais” e na linha dezoito onde dizia: “profissional” passou a dizer “por sinal”. -----

----- O presidente da Assembleia Municipal informou que apresentou justificação de falta à sessão ordinária de trinta de Abril de dois mil e dez, o membro: Maria Emília Chamusca. -----

----- Eram vinte e uma horas e quarenta e um minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: Carlos Pedro Moreira, presidente da

Junta de Freguesia de Meinedo.-----

-----  
----- De seguida foi posta à discussão a acta da sessão ordinária de trinta de Abril de dois mil e dez, tendo o senhor presidente da Assembleia informado que na proposta número seis desta acta onde dizia: “Daniela Magalhães” passará a dizer “Daniela Sousa”. E na página seis onde dizia: “Dr. Carlos” passará a dizer “senhor Torcato”.-----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou de seguida à votação da acta da sessão de trinta de Abril de dois mil e dez, que foi aprovada por unanimidade de quarenta e quatro votos. -----

----- Seguiu-se o Período de Intervenção dos Grupos Municipais -----

----- Intervenção do Sr. Xavier Pires da CDU- Coligação Democrática Unitária: «Senhor presidente desta Assembleia, senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara, senhores vereadores, senhoras e senhores deputados, público e comunicação social presente. Na sessão de ontem na Assembleia da República e por iniciativa dos deputados eleitos pela CDU foi discutida e revogada a aplicação e obrigatoriedade da instalação de chips nas matrículas das viaturas. Apesar da revogação do diploma pelos partidos da oposição, fica assim em causa o pagamento das portagens nas SCUT’S já a partir do dia um de Julho como estava previsto pelo governo. A primeira batalha foi ganha mas a guerra ainda não, porque, no próximo dia nove de Julho no parlamento irá se discutir o portajar das SCUT’S e quais as formas de pagamento a adoptar. Esperamos que todos os partidos da oposição e em especial o PSD que sem acordos de alcova seja conseqüente com as populações que necessitam dessas vias sem custos para o utilizador. Queria também recordar um grande homem, português e um vulto da humanidade. A morte de José Saramago constitui uma perda irreparável para Portugal, para o povo português e para a cultura portuguesa. A dimensão intelectual, humana e cívica de José Saramago fazem dele uma figura maior da nossa história. A sua vasta, notável e singular obra literária, reconhecida com a atribuição, em noventa e oito, do prémio Nobel da Literatura, ficará como marca impressiva na história da literatura portuguesa da qual ele é um dos nomes mais relevantes. Construtor de Abril, enquanto interveniente activo na resistência ao fascismo, deu continuidade a essa intervenção no período posterior ao dia da liberdade, como protagonista do processo revolucionário que viria a transformar profunda e positivamente o nosso país com a construção de uma democracia, como referência primeira, a defesa dos interesses dos trabalhadores do povo e do país. José Saramago era militante

do Partido Comunista Português desde mil novecentos e sessenta e nove e a sua morte constitui uma perda para todo o colectivo partidário comunista, para o partido que ele quis que fosse o seu até ao fim da sua vida. A CDU de Lousada manifesta o seu profundo pesar e a sua enorme mágoa pela morte do camarada José Saramago e expressa as suas sentidas condolências à família. Depois irei apresentar uma Moção à Assembleia que passo a citar: “ A crise que se vive em Portugal, na Europa e no mundo, é o resultado da crescente financeirização da economia, da protecção da especulação que afecta as economias mais vulneráveis, procurando impor-lhes, com o apoio dos respectivos governos, inaceitáveis condições de regressão social, de declínio económico e de perda da soberania, visando garantir uma cada vez maior concentração da riqueza. Desobrigar o Estado das suas funções sociais e dismantelar as redes de serviços que as concretizam, oferecer novas oportunidades de negócios aos grandes grupos económicos, reduzir o serviço público às chamadas funções de soberania, instrumentalizar e amordaçar a Administração Pública, subordinar e limitar a autonomia das autarquias são objectivos aqui e além declarados, mas nunca proclamados, que têm vindo a ser seguidos e que agora se pretende intensificar. Encerram centros de saúde, urgências e hospitais concelhios, encerram escolas, como agora as 900 anunciadas a somar às 2500 já encerradas, sempre em nome da eficácia, da eficiência e da qualidade, abrem negócios alternativos ou complementares numa lógica de “fecha público, abre privado”. Força-se a entrada de capitais e a gestão privada de águas, esgotos e lixos com o pretexto da qualidade, disparam os preços e degrada-se o serviço. No seguimento das medidas gravosas contidas no Orçamento de Estado para 2010 e no PEC 2010/2013 aprovados pelo PS com o apoio do PSD e CDS e do PSD respectivamente, o governo e o PSD entenderam-se para aprovar medidas adicionais ainda mais gravosas. São medidas que penalizam os mesmos de sempre: o imposto adicional sobre o IRS é um verdadeiro roubo aos salários dos trabalhadores e às reformas, agravado com o aumento do custo de vida na sequência do aumento das taxas de IVA; o ataque aos subsídios de desemprego desprotege ainda mais os desempregados e pressiona a baixa geral dos salários; a diminuição das participações dos medicamentos que afecta particularmente os reformados com baixas reformas; o corte no investimento público irá penalizar o desenvolvimento nacional, agravando ainda mais o desemprego e a recessão económica; o ataque ao consumo interno penalizará ainda mais as micro, pequenas e médias empresas; com as privatizações anunciadas alienam-se serviços públicos e alavancas fundamentais da nossa economia, ao mesmo tempo que se perdem recursos financeiros essenciais para o país. Primeiro: considerando que no quadro destas medidas o governo desenvolve um novo passo no ataque à autonomia financeira e

administrativa das autarquias impondo novos cortes na sua participação nas receitas e regras na política de pessoal que violam a autonomia do Poder Local e comprometem o exercício das suas competências; segundo: considerando que as medidas propostas, o Estado aumenta a sua receita e reduz a sua despesa, enquanto a Administração Local vê diminuir as suas duas principais fontes de receita e aumentarem os seus pagamentos ao estado – não há proporcionalidade nem solidariedade recíproca; terceiro: considerando que os cortes das receitas municipais (que pesam apenas 1,6% no OE) e o acréscimo de despesa das autarquias a benefício do Estado Central são o caminho que vem sendo seguido para a total asfixia das economias locais, particularmente nas regiões do país com maiores carências; quarto: considerando que a descapitalização acelerada do municípios e freguesias, por fim, terá reflexos desastrosos, a médio e longo prazo, na capacidade de conservação das infra-estruturas e equipamentos públicos essenciais; quinto: considerando que o Poder Local está, acima de tudo, solidário com as populações em mais este momento difícil em que são anunciados mais cortes nos orçamentos familiares, porque delas emerge directamente e lhe cabe representá-las e defender os seus interesses. Eu proponha que a Assembleia Municipal de Lousada reunida hoje em vinte e cinco de Junho de dois mil e dez decidisse: manifestar o mais vivo repúdio por estas medidas que impedem as autarquias de levar por diante uma política de defesa dos interesses das populações que representam. Desenvolver uma linha de informação e esclarecimento às populações das consequências destas medidas identificando os seus responsáveis. Desenvolver um conjunto de outras acções e iniciativas que possam dar expressão ao protesto das autarquias e das populações. Manifestar a solidariedade com os trabalhadores e populações atingidos nos seus direitos, no emprego, nos salários, nos serviços públicos e direitos sociais”. -----

----- Intervenção do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva”- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Senhor presidente aproveitava este momento antes da ordem do dia para solicitar à Mesa a possibilidade de diligenciar o agendamento da primeira reunião das Comissões de Acompanhamento organizadas no âmbito desta Assembleia Municipal. De facto já lá vão alguns meses e tenho sentido alguma dificuldade na organização, no funcionamento destas Comissões de Acompanhamento. Desde já solicitava à Mesa a possibilidade de diligenciar o agendamento da primeira reunião.» -----

----- Eram vinte e uma horas e cinquenta minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: Alberto Carlos Sousa, presidente da Junta



Eu gostava de saber no centro a vila quais são as freguesias que estão em causa. Porque na verdade o nosso orçamento foi igual ao de Silvares, Cristelos, Pias ou outro lado qualquer. Nós fizemo-lo na totalidade e não tivemos quem nos defendesse. Estamos aqui agora a dizer que no centro da vila parte está por fazer. Parte do centro da vila é de Silvares. Então senhor presidente de Câmara gostava que o orçamento de Nevogilde tivesse um bocadinho mais de dinheiro, é uma freguesia grande e não pedimos dinheiro a ninguém. Eu já venho a dizer isto há muitos anos, as freguesias da periferia da vila são beneficiadas em todos esses aspectos, limpeza de bermas arruamentos, etc. Há presidentes de Junta que são presidentes pura e simplesmente de alguns lugares das suas freguesias e eu sou presidente da Junta de Nevogilde a terceira ou quarta maior do concelho de Lousada. Como tal senhor presidente gostava que tivesse atenção a isto.» -----

-----  
----- Eram vinte e uma horas e cinquenta e cinco minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: António Joaquim Queirós, presidente da Junta de Freguesia de Vilar do Torno e Alentém. -----

----- Intervenção do Sr. Fausto Manuel Oliveira presidente da Junta de Freguesia de Silvares: «Senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara e demais vereadores, caríssimos deputados. Eu só venho aqui para esclarecer uma situação que o senhor presidente de Nevogilde com certeza não está do conhecimento da situação. De facto o processo de toponímia foi igual, por aquilo que eu sei, para todas as freguesias, nisso faço justiça à Câmara. Relativamente à Junta de freguesia de Silvares o que aconteceu foi aquilo que é a parte urbana do centro da vila a Câmara quis assumir essa responsabilidade. Relativamente a isso a Junta de Freguesia não recebeu nem mais um tostão relativamente àquilo que as outras receberam. Os custos totais da colocação das placas foram da nossa responsabilidade. Para que se saiba doze mil euros.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Em relação à questão da toponímia é importante ter em atenção o seguinte: a responsabilidade é da Câmara que é delegada nas Juntas respectivas, nós grosso o modo, e eu em particular, sempre aceitamos as indicações que as Juntas de Freguesia nos deram em termos da toponímia. Portanto acabamos por colaborar com todas as Juntas na persecução deste objectivo. Em relação à questão aqui da zona central. Eu admito que haja aqui um caso ou outro em que as coisas não estejam tão conseguidas quanto isso, mas desde o meu antecessor, eu já estou aqui há muitos anos sempre houve o propósito de identificar todas as ruas. Creio que até este momento nunca escapou nenhuma situação por

identificar. O que acontece, e isto resulta de circunstâncias que nos escapam a todos, há muito vandalismo. Apesar de estarmos confrontados com as situações e estarmos a vê-las, muitas vezes não as vemos. Eu lembro-me que ainda não foi há muito tempo que eu e o senhor presidente da Junta de Cristelos falamos sobre isso, está-me a dizer o senhor vereador que ele e o senhor presidente da Junta de Silvares, há uma semana e pouco também estiveram reunidos a conversar sobre esta matéria. Nós não temos nenhum problema em procurar encontrar as soluções que se configurem que sejam as mais estáveis possíveis, sem com isto querer dizer que não haja actos de vandalismo aqui e acolá não desapareçam as placas, etc. A Avenida Amílcar Neto à zona da escola secundária é um problema que nós temos equacionado resolver o mais rápido possível. Temos, aparentemente condições para a curto prazo encontrar uma solução que seja a mais pacífica possível. O arruamento praticamente não tem construções do lado das piscinas há uma porta que tem entrada para aquele lado, a Junta já fez uma proposta que pode ser aceitável.» -----

----- De seguida foi apresentada a proposta número três do seguinte teor: “A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada, os Grupos Municipais e o membro Independente propõem um voto de pesar e um minuto de silêncio pelo falecimento de um dos maiores vultos das letras e da cultura portuguesa o escritor José Saramago, Prémio Nobel da Literatura em 1998” -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou de seguida à votação da proposta número três que foi aprovada por unanimidade de quarenta e seis votos. -----

----- De seguida foi apresentada a proposta número quatro do seguinte teor: “A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada, os Grupos Municipais e o membro Independente propõem um voto de louvor à equipa de sénior masculinos da secção de hóquei em campo da Associação Desportiva de Lousada, pelo título de Campeã da Europa Challenge II alcançado ao vencer todos os jogos disputados” -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou de seguida à votação da proposta número quatro que foi aprovada por unanimidade de quarenta e seis votos. -----

----- E a Moção A apresentada pelo Grupo Municipal da CDU- Coligação Democrática Unitária do seguinte teor: “A crise que se vive em Portugal, na Europa e no mundo, é o resultado da crescente financeirização da economia, da protecção da especulação que afecta as economias mais vulneráveis, procurando impor-lhes, com o apoio dos respectivos governos inaceitáveis

condições de regressão social, de declínio económico e de perda da soberania, visando garantir uma cada vez maior concentração da riqueza. Desobrigar o Estado das suas funções sociais e dismantelar as redes de serviços que as concretizam, oferecer novas oportunidades de negócios aos grandes grupos económicos, reduzir o serviço público às chamadas funções de soberania, instrumentalizar e amordaçar a Administração Pública, subordinar e limitar a autonomia das autarquias são objectivos aqui e além declarados, mas nunca proclamados, que têm vindo a ser seguidos e que agora se pretende intensificar. Encerram centros de saúde, urgências e hospitais concelhios, encerram escolas, como agora as 900 anunciadas a somar às 2500 já encerradas, sempre em nome da eficácia, da eficiência e da qualidade, abrem negócios alternativos ou complementares numa lógica de “fecha público, abre privado”. Força-se a entrada de capitais e a gestão privada de águas, esgotos e lixos com o pretexto da qualidade, disparam os preços e degrada-se o serviço. No seguimento das medidas gravosas contidas no Orçamento de Estado para 2010 e no PEC 2010/2013 aprovados pelo PS com o apoio do PSD e CDS e do PSD respectivamente, o governo e o PSD entenderam-se para aprovar medidas adicionais ainda mais gravosas. São medidas que penalizam os mesmos de sempre: o imposto adicional sobre o IRS é um verdadeiro roubo aos salários dos trabalhadores e às reformas, agravado com o aumento do custo de vida na sequência do aumento das taxas de IVA; o ataque aos subsídios de desemprego desprotege ainda mais os desempregados e pressiona a baixa geral dos salários; a diminuição das participações dos medicamentos que afecta particularmente os reformados com baixas reformas; o corte no investimento público irá penalizar o desenvolvimento nacional, agravando ainda mais o desemprego e a recessão económica; o ataque ao consumo interno penalizará ainda mais as micro, pequenas e médias empresas; com as privatizações anunciadas alienam-se serviços públicos e alavancas fundamentais da nossa economia, ao mesmo tempo que se perdem recursos financeiros essenciais para o país. Primeiro: considerando que no quadro destas medidas o governo desenvolve um novo passo no ataque à autonomia financeira e administrativa das autarquias impondo novos cortes na sua participação nas receitas e regras na política de pessoal que violam a autonomia do Poder Local e comprometem o exercício das suas competências; segundo: considerando que as medidas propostas, o Estado aumenta a sua receita e reduz a sua despesa, enquanto a Administração Local vê diminuir as suas duas principais fontes de receita e aumentarem os seus pagamentos ao estado – não há proporcionalidade nem solidariedade recíproca; terceiro: considerando que os cortes das receitas municipais ( que pesam apenas 1,6% no OE) e o acréscimo de despesa das autarquias a benefício do Estado Central são o caminho que vem

sendo seguido para a total asfixia das economias locais, particularmente nas regiões do país com maiores carências; quarto: considerando que a descapitalização acelerada do municípios e freguesias, por fim, terá reflexos desastrosos, a médio e longo prazo, na capacidade de conservação das infra-estruturas e equipamentos públicos essenciais; quinto: considerando que o Poder Local está, acima de tudo, solidário com as populações em mais este momento difícil em que são anunciados mais cortes nos orçamentos familiares, porque delas emerge directamente e lhe cabe representá-las e defender os seus interesses. A Assembleia Municipal de Lousada reunida em vinte e cinco de Junho de dois mil e dez decide: manifestar o mais vivo repúdio por estas medidas que impedem as autarquias de levar por diante uma política de defesa dos interesses das populações que representam. Desenvolver uma linha de informação e esclarecimento às populações das consequências destas medidas identificando os seus responsáveis. Desenvolver um conjunto de outras acções e iniciativas que possam dar expressão ao protesto das autarquias e das populações. Manifestar a solidariedade com os trabalhadores e populações atingidos nos seus direitos, no emprego, nos salários, nos serviços públicos e direitos sociais”-----

-----  
----- Intervenção da Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva”- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «De facto a minha intervenção prende-se para solicitar uma explicação mais detalhada, não sei, um bocadinho, em síntese do que é que o nosso membro da Assembleia Municipal, Xavier Pires pretende com esta Moção. De facto ficamos aqui com um texto um bocadinho exaustivo mas na essência e percebemos pouco qual o combate político que pretende e que propõe com esta Moção. Pedia-lhe, se possível, que nos explicasse melhor a pretensão desta Moção.» -----

-----  
----- Intervenção do Sr. Xavier Pires da CDU- Coligação Democrática Unitária: «Isto é um facto que vemos todos os dias, ainda agora com o novo secretário-geral, o senhor Passos Coelho, sempre a reunir com as grandes entidades patronais, com os capitalistas, e cada vez mais a tentar privatizar aquilo que devia ser público, não só nesse aspecto, mas também no aspecto do PEC que dá menos dinheiro para as Câmaras Municipais o que vai repercutir que nas Juntas de Freguesia também haja menos dinheiro e a qualidade de vida das populações sofra. No fundo é esta a situação.» -----

-----  
----- Intervenção da Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva”- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «No fundo só para justificar a dúvida que todos ficamos, porque de facto naquele longo texto estava subjacente uma ideia de combater Pedro Passos Coelho que é o presidente

do partido da oposição e não é propriamente o primeiro-ministro de Portugal.» -----

----- Intervenção do Sr. Joaquim Santos do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Eu pela primeira leitura do senhor Pires não depreendi nada, ele falou agora do Passos Coelho. Mas do texto que está aí, não falou no Passos Coelho. Eu só vi a atacar o governo e o primeiro-ministro. Foi um ataque frontal ao governo e ao senhor primeiro-ministro não foi ao Dr. Passos Coelho.» -----

----- A Moção A foi reprovada por dezanove votos contra dos seguintes membros: Carlos Manuel Nunes, Manuel de Campos Sousa, Joaquim José Bessa, Virgínia Luzia Monteiro, Cláudia Patrícia Lousada, Ricardo Jorge Oliveira, Cristóvão Simão Ribeiro, Vanda Sofia Bragança, Branca Cecília de Sousa, Maria de Lurdes Castro, Mário Sérgio Cunha Mário Fernando Fonseca, Fausto Manuel Oliveira presidente da Junta de Freguesia de Silvaes, Carlos Pedro Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Meinedo José Manuel Nogueira, presidente da Junta de Freguesia de Figueiras, Alberto Carlos Sousa, presidente da Junta de Freguesia de Macieira, Jorge Simão Teixeira presidente da junta de Freguesia de Cristelos, Moisés Dias Ribeiro presidente da Junta de freguesia da Ordem, José Luís Pacheco, presidente da junta de Freguesia de Nevogilde, vinte e cinco abstenções dos seguintes membros: José Morais, presidente da Junta de Freguesia de Alvarenga, Antero Leal, presidente da Junta de Freguesia de Lodares, Manuel Rolando Pinto, presidente da Junta de Freguesia de Lousada São Miguel, António Carlos Ferreira, presidente da Junta de Freguesia de Nogueira, Adrião Paulo Mendes presidente da Junta de Sousela, Manuel da Silva Ferreira, presidente da Junta de Freguesia de Aveleda, Carlos Manuel Fernandes, presidente da Junta de Freguesia do Torno, António Joaquim Queirós, presidente da Junta de Freguesia de Vilar do torno e Alentém, Dora Manuela Santos, presidente da Junta de Freguesia de Boim, José Ribeiro da Silva, presidente da Junta de Freguesia de Pias, João Luis Meireles, cabeça da lista mais votada pela Freguesia de Covas, Eduardo António Taveira, presidente da Junta de Freguesia de Cernadelo, Sara Cristina Pereira, representante legal do presidente da Junta de Freguesia de Barrosas Santo Estevão, Amâncio Augusto Santos, presidente da Junta de Freguesia de Lustosa, António Sousa Meireles presidente da Junta de freguesia de Caíde de Rei, José Bernardino Nogueira, Ana Raquel Conceição, Filipa Maria Ventuzelos, João Carlos Correia, Rui Filipe Magalhães, Joaquim Almeida Santos, Alberto Oliveira, Ana Margarida Neto Joaquim José Rocha, Nelson Ângelo Oliveira e dois a favor. -----

----- Declaração de voto do senhor José Campos de Barros do Grupo Municipal “Lousada Viva”- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «A razão do meu voto favorável não significa de modo algum que esteja totalmente de acordo com a Moção. Para haver uma votação consciente devia ser dividida por fases, em diversos aspectos. No entanto há uma coisa que não posso deixar passar de maneira alguma, as injustiças sociais que cada dia mais se agravam, a diferença cada vez maior entre ricos cada vez mais ricos, os pobres cada vez mais pobres, contrariam em absoluto o meu ideal de democracia real e não formal e contrariam o princípio fundamental que me levou a aderir de alma e coração ao 25 de Abril.» -----

----- E declaração de voto do senhor Joaquim Santos pelo Grupo Municipal do Partido Socialista: «A minha declaração de voto é simples, nós estamos nesta Assembleia não para defender o governo, os interesses do governo e aquilo que vimos na Moção. Estamos aqui para defender os interesses de Lousada, e foi por isso que nós nos abstivemos nesta votação.» -----

----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

----- PRIMEIRO PONTO: - Interpelação ao Sr. Presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município -----

----- Intervenção do senhor José Campos de Barros do Grupo Municipal “Lousada Viva”- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «A minha intervenção de hoje versa sobre uma matéria que pelas razões a seguir indicadas me parecem de interesse. A protecção civil no âmbito municipal. A entrada na época mais sensível às situações que mais frequentemente originam a intervenção da protecção civil, incêndios florestais com dimensões anormais e cada vez mais repetida ocorrência de catástrofes com causas naturais, muitas das quais fruto de alterações climáticas de que o homem é o grande responsável, tais como, sismos, precipitações intensas, trovoadas, ondas de calor, vagas de frio, ciclones, tornados, levaram-me a considerar este tema como actual e merecedor de algumas reflexões relativamente ao modo como a protecção civil nos seus múltiplos aspectos se encontra organizada nesta Câmara. Com o único intuito de alertar para eventuais situações menos adequadas ou mesmo existência de eventuais lacunas e assim concorrer para um serviço, se possível, mais operacional e funcional. E como um dos princípios básicos da protecção civil é o da prevenção, aqui fica, a minha modesta colaboração. Vejamos então algumas questões que considero fundamentais para que a protecção civil possa ter condições de funcionamento com eficiência. É um resumo, muito resumido de princípios que considero fundamentais, é apenas uma chamada de atenção

e não está eivada de qualquer espécie de crítica, é um alerta para eventuais situações que não estejam correctas. Comissão Municipal de Protecção. Estive a ver a legislação, a existência de um comandante operacional municipal, pelo que li, pelos elementos recolhidos, ainda há pouco tempo noventa por cento dos municípios não tinham um comandante operacional municipal. São competências das comissões municipais, accionar a elaboração do plano municipal de emergência. Quanto ao Serviço Municipal de Protecção Civil. Os municípios são dotados de um Serviço Municipal de Protecção Civil. Competência dos Serviços Municipais de Protecção Civil, inventariar e actualizar permanentemente os registos dos meios e recursos existentes no concelho e planear o apoio logístico a prestar às vítimas e às forças de socorro em situação de emergência. Nos domínios da prevenção e segurança, é obrigatório, colaborar na elaboração de treinos e simulacros, realizar acções de sensibilização para questões de segurança preparando e organizando as populações face aos riscos e cenários previsíveis. Comandante Operacional Municipal. Competência do Comandante Operacional Municipal, promover reuniões periódicas de trabalho sobre matérias de âmbito exclusivamente operacional com os comandantes dos corpos dos bombeiros. Plano Municipal de Emergência. O Plano Municipal de Emergência é elaborado com as directivas emanadas pela Comissão Nacional de Protecção Civil. Os planos de emergência estão sujeitos a uma actualização periódica e devem ser objecto de exercícios frequentes com vista a testar a sua operacionalidade. Devo dizer, também, que de acordo com os elementos recolhidos noventa por cento dos municípios não elaboraram ainda, ou não tinham elaborado os seus planos de emergência. De modo algum quero significar que aqui suceda isso. É apenas um alerta. Defesa da Floresta contra incêndios. Em cada município deve existir uma Comissão Municipal na Defesa da Floresta contra Incêndios. Considerações gerais: a responsabilidade, primeiro da limpeza das florestas pertence a particulares, é dos seus proprietários, que raramente cumprem as suas obrigações. Face à negligência a lei prevê que as autarquias possam ser elas próprias a fazer a limpeza e debitar a conta ao proprietário. O que falta muitas vezes é coragem para isto. O importante não é socorro mas a análise e prevenção dos riscos, a mitigação dos mesmos e informação à população e aos agentes e fazer a formação dos mesmos. A colaboração das Juntas de Freguesia pode revestir-se de enorme importância para além das obrigações já previstas, da referenciação de situações potencialmente perigosas, tais como, florestas ou matas não limpas e lixeiras. No respeitante às áreas florestais é necessário reforçar a vigilância e a aplicação do regime contra -ordenacional instituído, também isto às vezes é complicado. Finalmente e para sublinhar a excepcional importância da protecção civil,

responsabilidade de todos os cidadãos, limitamo-nos a registar a finalidade, prevenir riscos colectivos inerentes a situações de acidentes graves ou catástrofes ou atenuar os seus efeitos, proteger ou socorrer pessoas e bens em perigo, quando aquelas situações ocorram. Daqui a razão desta intervenção. Entretanto e até pela ligação que o assunto poderá ter relativamente à matéria tratada, desejamos ser informados pela Câmara relativamente à situação que já se arrasta do anterior, relativa aos vários prédios que se encontram devolutos e em degradado estado de conservação. Trata-se não só de uma questão estética até pelo contraste pelos prédios adjacentes e agora que se vai avançar com a requalificação urbana do centro da vila, mais lamentável são as situações como potenciadoras de riscos de incêndio mesmo de desabamento. Apenas alguns exemplos: Praça da República junto às bombas de gasolina, Av. Combatentes da Grande Guerra em frente à sede do Núcleo do Sporting, o antigo grande hotel junto ao edifício onde está instalado o serviço de finanças, Rua Monte Pedroso um junto à entrada da escola preparatória Rua António Gomes Ribeiro em frente supermercado LIDL, Rua de Santo António, cinco, entre o Restaurante Brazão e os Bombeiros Voluntários, Rua Visconde de Alentém, cinco, Rotunda do Hospital, um, estrada Lousada-Felgueiras. Espero, repito, que a minha intervenção seja devidamente interpretada, mais do que tudo, um alerta e uma ajuda nas medidas de prevenção.» -----

-----  
----- Intervenção do senhor Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva”- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Terminado o prazo de discussão pública do Plano Director Municipal, na qual foi possível apresentar reclamações, requerimentos, observações ou propostas de alteração, importa desde já saber, junto do senhor presidente da Câmara, se nos pode adiantar o número de reclamações, requerimentos ou observação apresentadas e recebidas pelos serviços do município. De igual modo, saber se nos pode adiantar qual a viabilidade de resposta favorável no atendimento das várias situações apresentadas, nenhuma, algumas, muito poucas bastantes, enfim. Entretanto também é interessante aferir o que foi feito pelos técnicos e serviços do município para alertar os munícipes que se viram enganados pela proposta de PDM fixada durante tempos infinitos no edifício dos serviços técnicos da autarquia. É que daquele mapa para o mapa final em discussão pública houve várias alterações que levaram ao engano um número significativo de cidadãos. Por fim apenas duas observações: primeira, é pena que o mapa ou a planta topográfica que suporta a proposta de PDM em discussão seja obsoleto e não conforme com a realidade dos arruamentos e aglomerados habitacionais do concelho. Trata-se de facto de um mapa, provavelmente, da década passada que em várias situações origina

situações desajustadas com a realidade. É pena. Segunda observação, como sabe foi proposto e aceite em reunião de Câmara, pelos vereadores da Coligação “Lousada Viva” a realização de uma reunião entre a equipe coordenadora que elaborou a proposta de PDM, os vereadores e os representantes das bancadas nesta Assembleia Municipal, para análise e discussão aprofundada da documentação de suporte à proposta final de PDM. Senhor presidente pode adiantar-nos, se poderá agendar para breve a realização desse encontro de trabalho.» -----

----- Eram vinte e duas horas e vinte minutos quando se ausentou definitivamente desta Assembleia o seguinte membro: Alberto Carlos Sousa, presidente da Junta de Freguesia de Macieira. -----

----- Intervenção do Sr. José Nogueira do Partido Socialista: «Senhor presidente da Assembleia, restantes membros da Mesa, senhor presidente da Câmara, senhores e senhora vereadora, senhores deputados, excelentíssimo público. Quando chegamos a esta altura do ano a vila de Lousada conhece um período de especial animação, fruto de um trabalho sério e estruturado que consolidou o Verão Cultural num cartaz de grande afirmação social, cultural e turística. Iniciada há quase vinte anos, por entre desconfianças e oposições, mereceu sempre a aprovação incondicional da população, não apenas, pela adesão massiva às iniciativas propostas como pela identificação profunda perante um projecto com o qual as pessoas plenamente se reconhecem. Aliás, convém salientar, a oportunidade invariavelmente concedida ao longo dos anos a todos os grupos e colectividades locais para apresentarem os seus trabalhos ao nível da música, dança ou expressão dramática, convertendo-se assim, numa montra visível do trabalho associativo, um estímulo ao aperfeiçoamento artístico. Torna-se também evidente a evolução qualitativa do programa com a Feira do Livro, Amostra dos Produtos Locais e a Feira de Artesanato a convergir numa dinâmica única de promoção das potencialidades concelhias. Por outro lado, integra-se na coerência e sustentabilidade da programação anual já que ao longo dos meses muitas outras iniciativas se encontram consolidadas como a animação de carnaval o Folia e a Festas da Francesinha para além da regularidade de muitos outros eventos promovidos ao longo do ano. Por tudo isto, importa sublinhar, com grande rigor de custos, permitindo de forma notável compatibilizar a organização de um significativo número de eventos de elevada qualidade artística com a gestão muito parcimoniosa de recursos. Todos reconhecem a grande aposta do município na cultura, enquanto factor de desenvolvimento e de uma construção de cidadania mais crítica e participativa. Muitos são aqueles que nos visitam para participar nos

programas e inúmeros são os que apontam Lousada como um exemplo a seguir. Portanto como cidadãos do concelho e atentos à vida municipal devemos manifestar à excelentíssima Câmara, viva congratulação, pela política prendida com incentivo de prosseguir com idêntico propósito.» -----

-----  
----- Intervenção do senhor Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva”- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «De facto sobre este assunto que o colega da Assembleia Municipal, o senhor Nogueira pelo PS nos coloca, eu quero desde já afirmar a diferença entre projectos da Coligação “Lousada Viva” com os projectos do executivo PS. De facto nós não estamos contra um cartaz cultural no concelho, nós estamos sim, a favor de um cartaz cultural em todas as freguesias do concelho. E se o senhor tivesse lido o manifesto eleitoral que apresentamos nas últimas eleições autárquicas, assim como também em todos os outros actos eleitorais, teria percebido isso. Se pensa que este cartaz cultural tem a veemência ou o voto contra da coligação ou da oposição, está enganado, porque não é essa a verdade. Em parte o seu discurso diz isso. A verdade é que o nosso projecto para o concelho passa precisamente pela dinamização de toda uma actividade cultural, se possível em aglomerados de freguesias, é isso que diz. Esta verdade importa aqui esclarecê-la e afirmá-la porque não se trata de estar contra um cartaz cultural, trata-se sim de estar a favor de um cartaz cultural alastrado ou alargado a todas as freguesias. Assim como também a componente do rigor financeiro desse mesmo cartaz cultural. Importa, enfim como nos cabe a nós Assembleia Municipal com um papel também com alguma fiscalização da actividade do município também saber com rigor essas mesmas contas desse cartaz cultural. É um facto, que de ano para ano essa conta vai oscilando, naturalmente que percebemos que em anos, enfim, temos uma rubrica mais diminuta, noutros anos temos uma rubrica um bocadinho mais elevada.» -----

-----  
----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia e restantes membros da Mesa, excelentíssimo senhor presidente da Câmara e vereadores, excelentíssimas senhoras e senhores deputados e presidentes de Junta, excelentíssimo público, comunicação social. Baseado na intervenção escrita do senhor presidente da Câmara relativamente à Assembleia de hoje apraz-me salutar a recente aquisição por parte do município da Mata de Vilar. É de louvar que a construção deste espaço seja feita num local de características únicas, um local com grande variedade de flora, de grande dimensão e para além disso em parceria com o Parque Biológico de Gaia um exemplo neste tipo de estruturas a nível nacional e com quem de certeza

absoluta teremos muito a aprender e a ganhar. Utilizar a Mata de Vilar para a criação de Parque Biológico é um sinal inequívoco de que o actual executivo socialista não anda distraído e uma vez mais provou a sua capacidade. Fica assim resolvida da melhor forma, e por isso nós agradecemos, uma situação que já há muito estava a ser alvo de estudo e intervenção. O nosso muito obrigado.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Tem pertinência as questões que o Capitão Campos teve o cuidado de nós trazer. Para lhe situar a questão no âmbito municipal teremos de dizer o seguinte: o governo quando legislou nesta matéria, foi rápido, célere e eficaz em legislar, esqueceu-se de uma componente que era fundamental para que este serviço funcionasse todo, a componente económica. Todos os municípios deste país e aquilo que referiu, a cobertura do serviço, reflecte precisamente isso, ou seja, a esmagadora maioria dos municípios e nos dias de hoje ainda mais com maior equidade não tem grandes meios para fazerem face a estas exigências plasmadas no texto legal. Temos em permanência connosco um serviço de contacto em qualquer situação de emergência. Esse serviço é suportado porque assim também era adequado e consentâneo com esse propósito e essa interligação é sobretudo com os Bombeiros Voluntários de Lousada, nossos grandes parceiros neste processo, sem com isto querer dizer que a GNR, a saúde e outros parceiros. Temos procurado com alguma persistência para ultrapassar problemas endémicos, difíceis, em que envolvemos sobretudo os nossos funcionários em situações muito complicadas, de noite, de dia. Temos tido condições atmosféricas muito difíceis mas temos conseguido grosso modo dar respostas minimamente consentâneas. Aliás, suportando inclusive situações que não são da nossa responsabilidade. Há situação de temporais, quer de neve, vento, precipitação intensa, que tem repercussões nas estradas nacionais, e as Estradas de Portugal não têm resposta, tem de ser a autarquia a dar resposta com os meios escassos que tem. E por isso é que se compreende que no caso do Comandante Operacional Municipal até hoje não tenha havido da nossa parte grande ânimo para preencher esta lacuna. Poderia ser o nosso principal interlocutor, é óbvio quem de algum modo assume isso é o senhor vereador responsável Dr. Pedro Machado que faz essa interligação com todos estes nossos parceiros, acaba por ser ele o Comandante Operacional Municipal. Em relação ao Plano Municipal de Emergência. Nós já temos um plano, temos articulado este processo com as instituições sobretudo com os bombeiros e com as escolas. Temo procurado já há uns anos a esta parte fazer simulacros com as escolas, temo-los feito nas escolas do primeiro, segundo e terceiro ciclo e com a própria escola secundária. É óbvio que se exigisse mais, também admito que sim, por

aquilo que eu disse anteriormente gostávamos de ir mais além mas de facto temos estes constrangimentos, que serão sempre constrangimentos por aquilo que é importante neste momento, para articular este serviço, a falta de disponibilidade de financeira. Quem legislou não quis saber se a jusante tinha de facto meios para agilizar aqueles propósitos. Em relação á questão da defesa da floresta contra incêndios. Nós temos procurado, nomeadamente, com os bombeiros fazer aquelas diligências que nos mostram adequadas, nós com os recibos da água e do saneamento estamos a enviar algumas informações úteis no sentido de alertar os nossos concidadãos para o problema, e de facto, também temos aqui e acolá reclamações dos nossos concidadãos de situações em que as habitações e as proximidade de alguns núcleos habitacionais estão em perigo, temos procurado agilizar fórmulas para que rapidamente os responsáveis colaborem no processo de limpeza. Sabemos que em muitos casos os proprietários das matas, por razões várias não estão muito sensíveis apesar de reconhecer que já foi mais difícil do que nos dias de hoje. Há de facto cada vez mais concidadãos nossos que vêm que próximo das habitações há algum perigo, quando os notificamos grande parte deles tem uma atitude pró-activa. Em relação aos prédios devolutos que referiu, nós temos sempre aqui um problema endémico, apesar das notificações que vamos fazendo e das situações que temos ultrapassado, eu lembro que aqui há uma questão que já muitas vezes debatida aqui na Assembleia Municipal que é este prédio próximo aqui da “Colmeia” há sempre nuances dos proprietários que impedem o normal desenvolvimento e a celeridade deste processo. Situações, mesmo de carácter legal a Câmara tem um poder meramente administrativo e que não ultrapassa as decisões nomeadamente das instâncias judiciais. Quando há situações de impugnação e recurso as situações protelam-se no tempo. Nós apelamos a que os nossos cidadãos sejam sensíveis e que de facto nos ajudem também no processo de afirmação daquilo que referiu há pouco o arranjo urbanístico. Eu sei que o esforço é muito grande, de muitos deles, são proprietários mas muitas vezes tem dificuldade porque têm os prédios arrendados, os rendimentos são poucos, também são atendíveis as razões que nos apresentam. Nós temos procurado passar esta mensagem, vamos procurando resolver estes problemas. Creio que aquele caso que referi da “Colmeia” estará resolvido a muito curto prazo e outros se seguirão no sentido de podermos atingir aquele patamar desejável. Em relação à questão do PDM. De facto terminamos a discussão pública, para lhe dar nota, as reclamações são na ordem das setecentas. A última versão do Plano Director teve novecentas, houve uma diminuição e nós percebemos porquê. A viabilidade do acolhimento. Tenho dito isto com alguma descomplexidade sobre o problema porque fui seguindo os trabalhos, nomeadamente das comissões que têm mais impacto

na formatação da proposta final, nomeadamente, a Comissão Nacional da Reserva Agrícola e Comissão Nacional da Reserva Ecológica e normalmente as pessoas com quem temos a interlocução são pessoas que nem são daqui da região, têm sensibilidades diferentes em termos de planeamento de todas estas questões, e muitas vezes é difícil conseguirmos fazer chegar-lhe os sentimentos dos nossos concidadãos sobre os problemas que têm. Estão à distância, não conhecem ninguém, nem querem saber se há razões muito positivas ou pouco positivas. O nosso processo de intermediação é difícil e quando digo isto, digo porque me disseram mais que uma vez que em relação à carta que nós apresentamos que está ali plasmada, não está toda correcta mas está mais ou menos, grosso o modo, correcto. Se pusermos uma folha A4 sobre a grande zona verde que é a Serra de Campelos, se não tivéssemos aquela zona diríamos que mais de metade do concelho de Lousada está em expansão de aglomerados. Aquelas pessoas que estão nos locais de planeamento no Porto e em Lisboa, levantam-nos estas reservas e impõem-nos algumas limitações. Não sabemos neste momento quais serão as situações de acolhimento ou não. Temos a sensação clara de que algumas situações poderão ser acolhidas têm pertinência, tem razoabilidade. Neste momento é impensável podermos dizer-lhe como é que vamos no computo final referir quais destas setecentas reclamações quais serão aquelas que terão acolhimento. É óbvio que muitas destas não têm qualquer solução futuramente, o nosso propósito é, em todas as situações pugnar por elas, a Câmara vai fazer por isso, na convicção de que algumas têm mais pertinência que outras e todas elas terão a resposta em função daquilo que as entidades que conosco são as principais interlocutoras decidirem sobre a matéria. Quando refere, “viram-se enganados pela proposta inicial” não houve engano nenhum, a proposta inicial naquela planta de ordenamento final, está a ser actualizada permanentemente, por aqueles que detectaram os erros e por nós, autarquia. Como sabe, nestas coisas ninguém está isento de ter erro, e grosso o modo estas situações são corrigidas de “motu proprio”. Quando refere a questão do mapa e da cartografia. Como sabe há regras precisas sobre esta matéria, temos que utilizar a cartografia que a lei determina. E em relação a esta matéria, digo-lhe que a nossa cartografia é das mais recentes da região. Lembro que reporta ao final dos anos noventa, quase dois mil, poderá aqui haver algumas situações que não estão plasmadas pela actualização que permanentemente fazemos das cartas, é óbvio que naquelas carta, os espaços, estão conhecidos como lugares e ainda não estão conhecidos por ruas arruamentos ou avenidas, lá vamos chegar e essa situação será passível de correcção. Em relação á reunião que referiu. Ela foi proposta por mim, não foi por mais ninguém, fui eu que propus que fizéssemos uma reunião com os senhores membros da Assembleia

Municipal responsáveis e com os senhores vereadores para podermos reflectir sobre a proposta. Espero que durante este mês todo de Julho seja preparada com as entidades que superintendem. Penso que no início de Setembro poderemos fazer essa reunião para que quando a proposta vier aqui há Assembleia, não estarmos, propriamente, a não ter o conhecimento exacto da mesma, seguramente é este o nosso propósito de que tenham tanto quanto nós da proposta que traremos aqui à aprovação.» -----

----- SEGUNDO PONTO - Apreciação das informações remetidas pelo Sr. Presidente da Câmara nos termos da lei; -----

----- Intervenção do senhor Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva”- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Apreciando as informações remetidas pelo senhor presidente da Câmara e abrindo apenas um pequeno parêntesis no manifesto contributo, positivo, quanto diz fazer simulacros em escolas, eu também acrescentava se possível, ainda com as limitações ou constrangimentos financeiros, se possível também nas empresas. De facto também temos aí um foco, um alvo potencial de incêndio de risco. Agora sim entrando no parágrafo que me traz cá. Para manifestar o nosso apreço pela iniciativa do Parque Biológico de Vilar. De facto é uma iniciativa que merece o nosso apreço, o nosso aplauso e que nos remete para um desafio mais amplo e mais global. Nós no concelho vamos ter este Parque Biológico de Vilar, temos aquela área de lazer da Torre de Vilar, temos uma degradada área do Parque de Amial, temos um parque de lazer em Casais e futuramente também teremos aqui um parque urbano nas proximidades do centro da vila. Temo um conjunto de algumas peças que devem merecer toda a nossa atenção, no sentido da melhor dinamização destes espaços. De facto este Parque Biológico de Vilar nasce, por aquilo que me parece, bem estruturado, está inspirado no Parque Biológico de Gaia, e portanto tem uma função educativa, é precisamente esta componente que nós defendemos para todos os equipamentos, para todas as infra-estruturas existentes no concelho, inclusivamente as desportivas, que a par do seu plano de actividades haja um projecto educativo, tenha uma função, uma componente educativa. É por aqui que de facto devemos trabalhar, não só construirmos ou lançarmos uma iniciativa e depois deixá-la à mercê da dinamização local, do livre arbítrio ou do livre acesso de todo o cidadão, mas que de facto haja aqui um projecto com uma componente educativa para estes espaços. Eu de facto lembro que o parque do Amial que já foi convocado nestas Assembleias por mais que uma vez, ainda recentemente lá passei e não está com a dignidade que merece. É um apelo que faço à autarquia para que recupere estes espaços e apoie a dinamização de todos os espaços existentes no concelho. Lembro

naturalmente o parque de lazer de Casais que neste momento se assume como verdadeiro parque de lazer do concelho de Lousada.» -----

----- Intervenção do Sr. Mário Fonseca do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Acho muito bem o Parque Biológico, não entendo, como é que aparece uma escola profissional de turismo. Dá-me a sensação que estamos a juntar alhos com bugalhos. Enfiar uma escola profissional de turismo num parque biológico é uma coisa muito esquisita. Não sei qual é a ideia. Por isso é que eu gostava de saber porquê? Poderá haver uma explicação para isso. Relativamente aos parques de lazer, eu penso que Macieira foi o primeiro parque a ser recuperado já há uns anos atrás. Agora está na verdade a precisar de outra intervenção. Gostava que me explicassem uma escola profissional de turismo num parque biológico.» -----

----- Resposta da Sr.<sup>a</sup>. Vereadora Cristina Moreira: «Em relação à escola profissional de turismo ela fará sentido por si só, e é justificado, no fundo, nós temos uma área em ascensão e que pode amplamente ser trabalhada nomeadamente se o ensino profissional estiver concentrado numa escola específica. No que diz respeito ao parque ela vai complementar, isto porquê? O parque ficaria sem a parte da restauração, teria de ser depois explorada por um privado, isto indo de encontro a uma situação que não será pública mas que será no fundo aproveitada, em os alunos poderão cozinhar e fazer as suas práticas não deitando os produtos fora e fazendo um restaurante pedagógico. Por um lado o visitante consegue ter uma refeição mais económica e muito bem confeccionada, por outro lado, a escola terá aqui uma fonte de sustentabilidade que de outra forma não seria possível.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Em relação ao Parque Biológico de Vilar e todas as considerações que fez. Nós hoje tivemos a oportunidade de assinar o contrato com a família Feijó, foi-nos entregue a chave formalmente do futuro parque. Mas eu queria deixar aqui uma referência à concretização deste propósito porque todos sabem e têm presente a preponderância da Casa de Vilar no concelho de Lousada durante tantos anos, por um lado, por outro lado também é justo lembrar uma pessoa que estaria extremamente satisfeito, no dia de hoje, eu tive a oportunidade de dizer à família, aos filhos, que provavelmente a memória do senhor Rui Feijó foi seguramente muito bem salvaguardada. Eu diria que ele ficaria extremamente satisfeito, se estivesse entre nós, por termos dado aquele destino à mata. Sabem com certeza que a Casa de Vilar e a família para muitos dos nossos concidadãos daqueles locais próximos onde a Casa de Vilar tem propriedade, foram fundamentais para que muitas famílias hoje

tenham um lar e tenham condições dignas de vida. E de facto acho que não há nada mais nobre do que futuramente Parque de Vilar poder, aqui em unísono, designá-lo por Rui Feijó, porque salvaguardaríamos a memória de alguém que foi extremamente generoso em todo o sentido da palavra para a concretização daquilo que eu há pouco disse. Eu julgo que aqueles que nos surgirão no futuro, os mais novos em particular que vão usufruir daquele espaço e não só, ficarão muito bem naquele espaço com a memória dessa pessoa insigne. É óbvio que como referiu e bem nós temos mais espaços, vamos procurar paulatinamente e gradualmente dar-lhes o apoio adequado, direi que o caso de Casais é paradigmático, o de Sousela também que foi o primeiro a aparecer, o do Amial seguramente que merecerá da nossa parte o nosso apoio, teve algumas vicissitudes, apesar de estar na fronteira entre duas freguesias, houve problemas com algumas etnias que quase se aproveitaram do parque e acabaram por adular aquilo que lá se tinha feito. Eu sei que a Junta de Freguesia está muito empenhada em concretizar o projecto de modo a que ele fique o mais conseguível possível. Não estaremos mais de acordo em referir que é necessário dignificar estes espaços.» -----

-----  
----- TERCEIRO PONTO – Alteração do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais - Taxa do Regime do Exercício da Actividade Industrial (REAI). -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal pelo que se passou à votação da proposta número um do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da alteração ao Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais, nomeadamente, o quadro 19, sob a nota inferior à tabela, conforme a alínea a) do nº 2 do artº53º da Lei 169/99 de 18 de Setembro com a nova redacção dada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro”-----

----- A proposta número um foi aprovada por unanimidade de quarenta e quatro votos -----

----- Não participou na votação o seguinte membro: Fausto Manuel Oliveira, presidente da Junta de Freguesia de Silvares. -----

----- QUARTO PONTO - Segunda revisão ao Orçamento da Despesa e Plano Plurianual de Investimentos e primeira revisão ao Orçamento da Receita. -----

----- Intervenção da senhora Vanda Bragança do Grupo Municipal “Lousada Viva”- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Apresento desde já os meus cumprimentos ao senhor presidente da Mesa desta Assembleia e à restante Mesa, senhor presidente de Câmara e senhores vereadores, senhores deputados e demais presentes. Todos sabemos que estamos a passar por dias muito difíceis, dias cinzentos e complicados, vivemos em dias de crise económica e financeira ao nível mundial, nacional e local. Sente-se a necessidade de serem feitos reforços, injeções a todos os níveis mas principalmente ao nível orçamental, hoje vai ser votada a segunda revisão ao plano plurianual de investimentos e a primeira revisão ao orçamento da receita. Verifica-se um reforço de quatrocentos e cinquenta mil euros para as freguesias, o que realmente é de louvar, mas na realidade as Juntas continuam sem ajuda. Os protocolos que são celebrados entre as Juntas e Câmara verifica-se que os mesmos não são cumpridos nos precisos termos em que são celebrados. Falta de disponibilidade contabilística, diz-se. Neste momento a realidade das freguesias é muito débil para além das competências que lhes cabiam foram as mesmas aumentadas por protocolo que apesar de não ter sido assinado por todas as freguesias foi pela maioria, o que acarretou um número mais elevado da sua competência e conseqüentemente a despesa aumentou também. O reforço previsto para a rubrica da Juntas de Freguesia é sem qualquer dúvida muito bem-vindo, certamente, que vai ser recebido por todos com as duas mãos. Esperamos que este reforço chegue a todas freguesias ao mesmo tempo ou em lapso temporal idêntico e que a perseguição a certas freguesias termine. Pois, algumas delas não recebem qualquer apoio por parte da Câmara desde meados de dois mil e nove, e para fazer face às despesas correntes que vão surgindo ao longo dos tempos o executivo das Juntas abdicou das remunerações a que têm direito, ou seja, trabalham graciosamente a favor da comunidade. Questiono o motivo pelo qual vão ser retirados dez mil euros da verba correspondente á construção de redes de saneamento da bacia do Sousa, quando a população lousadense espera e desespera para ver as suas habitações ligadas ao serviço de saneamento básico que não existe. Questiono ainda se não haveria outra verba menos fundamental de onde pudesse ser retida esta quantia, quiçá, da verba atribuída às obras megalómanas que estão e vão continuar a ser realizadas no nosso município. Afinal este mandato não era o mandato de cariz social? Deixo uma sugestão no ar, uma vez que estamos em tempos de crise e para fazer face aos tempos que se advinham, porquê que o executivo camarário não faz o mesmo que esses executivos de Junta de Freguesia e não abdicam eles próprios das suas remunerações em favor da comunidade que servem.» -----

----- Intervenção do Sr. Joaquim Santos do Grupo Municipal do Partido Socialista: «A senhora deputada se viu bem esta segunda revisão do orçamento da despesa, e falou desses cem mil euros que saem de sistema de drenagem das águas residuais. Por acaso viu de onde saem os outros trezentos e cinquenta mil? Porquê que não o disse? Porquê que não disse que esses trezentos e cinquenta mil saem do saldo da gerência do ano anterior. Esqueceu-se. Esta dos senhores presidentes da Junta. Eu já tive aqui um problema, oxalá, que não venha a ter outro. Os senhores presidentes da Junta trabalharem graciosamente para comunidade, deixar lá o dinheiro... Fazia um apelo aos senhores presidentes da Junta, deste lado não, eu sei que eles não deixam lá dinheiro nenhum, mas aos senhores presidentes da Junta da Coligação “Lousada Viva” que um a um viesse aqui dizer que deixam lá o dinheiro no fim do mês. Venham aqui dizer, para depois, quando houver uma Assembleia de Freguesia a oposição poder verificar nas contas que isto é verdade. Venham aqui dizê-lo. Faço este apelo.» -----

----- Intervenção do Sr. António Meireles presidente da Junta de Freguesia de Caíde de Rei: «Eu não sentia a necessidade de partilhar o que vou partilhar mas perante o desafio que foi colocado. Eu diria que no corrente ano civil da minha parte e da parte do presente executivo não temos retirado as nossas compensações. E terá certamente o prazer no final do ano, se não recebermos aquilo que, correctamente, em anos transactos nós recebíamos para a gestão da freguesia. No final do ano civil, terá certamente o prazer de verificar na apresentação de contas, de que as nossas compensações reverterão a favor da freguesia. Contudo diga-se, e perante aquilo que foi dito pela deputada, é com grande satisfação que se vê um reforço para as freguesias, embora eu estou convencido de que esse reforço será em parte para fazer face aos compromissos assumidos pelo município com determinadas freguesias. Compromissos de aquisição, de apoio neste ou naquele projecto. O sentimento de vir aqui dirigir uma palavra a todos os que estão presentes, é que a realidade actual, nomeadamente, em relação às Juntas, e eu recorde-lhe que na última Assembleia foi aqui colocada a questão do porquê, ou que alguém estaria a usufruir de algo mais porque teria gente a trabalhar para além daquilo que seria normal, ou pelo menos, estaria desempenhar cargos e funções para além daquilo que seria o normal. O que é certo e diga-se que actualmente o tesoureiro assumiu funções que vão para além daquilo que são funções de executivo. As funções que ele desempenha, actualmente, são de serviço prático na via pública, de serviço ao cidadão à comunidade. E mesmo nesse desempenho, o que se verifica é que há mais de três meses, que à partida teria direito a algo mais que um reforço, dentro daquilo que legalmente é aprovado pela Assembleia. As

coisas foram colocadas nestes termos e de acordo com aquilo que diz a lei e de acordo com aquilo que é um orçamento de uma freguesia. O que é certo é que ele não tem recebido qualquer pagamento porque não há transferências para isso. Se me permite para terminar diria isto: é certo e fica registado que possivelmente na próxima Assembleia de Freguesia de Caíde, que será no dia vinte e nove, haverá novidades da parte da população, visto que há associações que estão em pé de igualdade, sem receitas, sem transferências e isto vai agravar-se certamente.» -----

----- Intervenção do Sr. Amâncio Santos presidente da Junta de Freguesia de Lustosa: «Senhor presidente da Mesa e restantes membros, senhor presidente, senhores vereadores, colegas e estimado público. Para dizer uma coisa relativamente aos presidentes de Junta. Eu acho que o orçamento da Junta de Freguesia é da responsabilidade da freguesia. Eu sei qual a receita que tenho certa, é o FFF, e é por aí que a Junta tem de se reger. A Câmara não é obrigada a fazer protocolos com as Juntas, fá-los pontualmente conforme as necessidades. Portanto, eu vou gerindo a freguesia com o orçamento que tenho do FFF. E quando não tenho mais, faço as contas para aquilo que tenho. Não posso assumir compromisso para além daquilo que eu sei que não tenho. Na Assembleia Municipal deve-se tratar assuntos da Assembleia Municipal e não assuntos de orçamentos de Junta de Freguesia. É a minha opinião.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Este é um assunto muito interessante porque já é velho o ditado que diz: “em casa onde não há pão toda a gente berra e ninguém tem razão”, e como o “pão” começa a escassear pelo país, o tecido produtivo está na mão em que está, e aqui para parafrasear o Xavier. Gosto muito dele e das ideias dele. A senhora deputada quando vem falar aqui, devia ser mais explícita, eu não sei a que obras megalómanas e que se refere, não sei a que freguesias é que se refere. E eu, enquanto defensor dos cidadãos de Lousada, gostava de saber dessas situações para poder aferir a sua veracidade. Vir aqui dar meia dúzia de letra ao pessoal, “bazófia”, e não trazer provas.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Começando por dar notas das questões que foram levantadas não propriamente a mim mas á bancada. Em relação à questão posta pela Vanda Bragança. De facto congratula-se com o esforço que o município fez em reforçar a verba das freguesias, mas eu direi que esta deve ser uma atitude peregrina aqui na região. E quando digo isto, às tantas, respondo logo à sua bancada, para não ir mais além. Ao que vejo, por aquele anuário que foi há muito pouco tempo publicado sobre as contas

dos municípios, penso que a resposta está clara, se mais dúvidas houvessem sobre esta matéria, provavelmente tínhamos aqui a resposta. Há muita pobreza escondida. Dizem os técnicos que há muitas Câmaras em falência técnica e que provavelmente já deveriam estar dissolvidas, não estão, num país complacente, isto acontece de uma forma pouco razoável. Isto são histórias, quando é preciso fazer afirmações com alguma, pouca credibilidade, sustentabilidade como aquelas que fez, é fácil dar algumas “achegas” sem muita consistência. Eu diria aos senhores presidentes da Junta que já estão aqui desde o meu tempo, desde que eu entrei, qual foi a atitude que a Câmara sempre teve nesta matéria. A senhora não sabe, mas os protocolos serviram essencialmente para suportar a base financeira, a Câmara nunca andou a “chegar” se eventualmente aquilo que estava vertido no protocolo, se o dinheiro era direccionado para ali. Alguém de bom senso poderá desmentir isto? É a primeira grande questão. A segunda grande questão: é ou não verdade que os senhores presidentes da Junta sempre que queriam dinheiro, independentemente daquilo que está vertido no protocolo. Foi ou não foi transferido o dinheiro que pediram? Eu gostava que me dissessem se não é assim. Este senhor está aqui a dizer uma coisa. Recebi um fax há uma semana e tal a solicitar a transferência de verba, estes dias foi transferido o dinheiro. O respeito cabe em todo o lugar, ouvi-o com atenção quando esteve ali. Eu sei que está muito incomodado mas isso são circunstâncias da vida. Não pensamos todos da mesma forma, isto é normal na democracia. Nessa matéria estamos conversados, não há qualquer discriminação com ninguém, nunca houve, nem podia haver. Qual era o propósito? Os grandes prejudicados destas situações não é o presidente A, B ou C da freguesia A,B ou C, são os munícipes. Enquanto as pessoas não se convencerem que são os munícipes, vocês têm de interiorizar isso. O lastro para trás confirma isso, nunca tivemos nenhuma atitude persecutória com quem quer que fosse. Não preciso de lições de ninguém sobre esta matéria, sobre disponibilidade, abertura, disponibilidade para dialogar e para estar em conformidade com os princípios que me ensinaram desde miúdo. Não discriminar ninguém independentemente do seu credo, religião ou partido, nunca o farei conscientemente. Em relação á questão do saneamento. Eu só lhe digo o seguinte: tiramos os dez mil euros, aliás o senhor Santos na abordagem que fez questionou-a e bem sobre aquilo que eventualmente escreveu, mas o que lhe digo é o seguinte: há dias, para sua informação, na Associação de Municípios do Vale do Sousa, foi proposta a constituição de uma nova associação intermunicipal para tratar de água e saneamento, e pelos quadros que o senhor vereador da Câmara de Penafiel Dr. Mário Magalhães trouxe, para espanto da esmagadora maioria, mas para nós espanto não era, Lousada é o concelho com maior cobertura, até daqueles

que têm concessão. No saneamento, com drenagens a funcionar, temos cinquenta por cento, mais cerca de vinte por cento de obra feita que ainda não pode drenar. Não sei de onde é natural, mas na freguesia de Lodares estamos a fazer uma grande ETAR, e esse sistema vai ser drenado para ali. Era dos concelhos aqui do Vale do Sousa o que mais tinha em termos de saneamento. Falta, para fazermos por administração directa aquilo que queremos fazer e alguma coisa do quadro comunitário de apoio cerca de seis milhões euros para concretizarmos a rede. Quando diz o que diz deve estar a pensar noutra município que não Lousada. Obras megalómanas. Não sei quais são, já ouvi várias alusões. Aquilo que tem sido afirmado pelos nossos concidadãos dos municípios vizinhos e daqueles que nos visitam, acho que têm apreço pelo trabalho que temos feito, sem com isto querer dizer que não erramos, erramos seguramente e procuramos corrigir-nos. Quando diz de uma forma sibilina, e é isso que eu lamento profundamente que o faça, revela, direi alguma imaturidade, eu às tantas também passei por alturas na minha vida que não fui tão feliz. Agora, comparar as remunerações dos senhores presidentes da Junta, e não é remunerações porque os senhores presidentes da Junta não têm remunerações. Os autarcas têm as remunerações que estão estabelecidas por lei, quando para aqui viemos sabíamos as condições, mas digo-lhe que qualquer um de nós já neste mês, teve as consequências do contributo que dá para o esforço nacional. Eu estou aqui, poderia estar a exercer outra actividade, não estou, por opção, mas não estava aqui a trabalhar de ar e vento. O meu telemóvel está vinte e quatro horas por dia disponível. Estou à vontade, essa afirmação que fez, cabe a quem cabe. Cabe-lhe a si talvez, a mim não me cabe, nem me atinge. Quando o senhor presidente da Junta de Caíde faz as afirmações que faz, está na sua legitimidade não há problema nenhum. Como diz e bem o senhor Amâncio presidente da Junta também e ex-secretário da Junta, os protocolos que a Câmara faz não tem obrigação nenhuma de os fazer. Como sabem há Câmara aqui próximas que não fazem protocolos com as Juntas. Nós fazemos mas vamos até onde pudermos e vamos em consciência que este esforço é um esforço colectivo. São importantes os senhores presidentes da Junta na concretização dos objectivos do concelho, mas não podemos deixar de interpretar aquilo que são as nossas funções com rigor que entendemos que devem ser assumidas. Não abdicaremos destas circunstâncias, aliás porque assumimos sempre determinados compromissos com as nossas populações. Neste contexto direi que estes tempos são tempos difíceis, seguramente, e faço esta reflexão que já tenho feito com os nossos colegas aqui da região na CIM do Tâmega e Sousa que provavelmente, infelizmente para os senhores presidentes da Junta, no próximo mandato, espero que não aconteça, mas não serão mais do que os antigos regedores. Não é isso que o

país precisa, mas perante o desenvolvimento destas circunstâncias, todos nós tememos que assim aconteça. Se outras considerações não houvessem, esta, penso que nos permitiria perceber exactamente o que é que acontece hoje em dia nos municípios em todo o país. Aliás com a previsibilidade de alguns até desaparecerem, é aquilo que se fala. A Comunidade parece que está a impor a Portugal que faça reformas nesse contexto. O reforço, como referiu o senhor vereador a todos os senhores presidente de Junta, creio, foi para reforçar a componente que entregou às Juntas. Portanto, vai duplicá-la, sem com isto querer dizer que não cumpra compromissos anteriormente assumidos. Lembro que ainda nesta última reunião de Câmara estamos a assumir compromisso por exemplo com Caíde, na concretização do maior investimento que a Câmara, desde que sou presidente de Câmara disponibiliza para um cemitério. Nunca a Câmara deu tanto dinheiro para comprar um terreno para um cemitério. Sobre esta discriminação pela negativa, que muitas vezes se quer evidenciar, estamos conversados. Sobre as questões do secretário, faz a alusão que faz, eu vi isso em tempos o presidente da Junta de Mafra, creio eu, o vosso companheiro teve uma atitude tremenda. Apesar de ser presidente da Junta abdica do vencimento, como assume outras funções para tirar a carta de condutor de veículos especiais e faz transporte das crianças. Isto não se encontra em todos os lados, quem está com este altruísmo, ele revela-o e com isto não quero dizer que seja obrigatório para ninguém. Agora as pessoas tem de ter a noção o senhor presidente de Mafra provavelmente terá algumas receitas interessantes mas entendeu que era aquele investimento que tinha de fazer. Tinha de abdicar de fazer um mestrado ou outra coisa qualquer e foi fazer aquele serviço. As associações, quando faz essa ameaça, nós já sabemos que fez essa démarche para que as associações viessem aqui à Câmara fazer uma reclamação sobre a pretensa falta de dinheiro. Eu parafraseava o que dizia há dias, julgo que ouviram, foi público o senhor presidente da Câmara de Santarém num subsídio à corporação de bombeiros local dizer-lhe: “meus caros amigos, eu não tenho dinheiro e portanto não vou cumprir”. É um companheiro vosso. Eu não digo isso, eu digo que nós temos a parcimónia que temos, o dinheiro é o que existe, nós somos parceiros, enquanto Câmara damos aquilo que podemos, vamos até onde podermos, a uns mais a outros menos. Estamos a cumprir com aquilo que são a nossas obrigações, pode demorar mais tempo, menos tempo, mas cumprimos, não vamos deixar ninguém dependurado. Se essa atitude eventualmente ameaçadora vai ter aquela consequência que é normal, continuaremos a caminhar no sentido que é aquele que eu lhe estava a dizer, continuamos seguramente de cabeça erguida e sempre naquele pressuposto, “quem dá o tem a mais não é obrigado.» -----

-----  
----- De seguida foi posta à votação da proposta número dois do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da segunda revisão ao Orçamento da Despesa e Plano Plurianual de Investimentos e primeira revisão ao Orçamento da Receita, nos termos da alínea b) do nº 2 do art. 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro” -----  
-----

----- A proposta número dois foi aprovada por quarenta e quatro votos a favor e uma abstenção do seguinte membro: António de Sousa Meireles, presidente da Junta de Freguesia de Caíde de Rei. -----  
-----

#### ----- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- Intervenção do Sr. Sérgio Nunes: «Eu gostaria de colocar uma questão ao senhor presidente da Câmara. Na última Assembleia de Freguesia de Pias eu perguntei ao senhor presidente de Junta, e quero acreditar que não tem culpa, é uma obra que passa um bocado ao lado da Junta de Freguesia, refiro-me à obra na Rua da Igreja. A obra começou sensivelmente há oito meses em meados de Setembro-Outubro e no entanto, a partir de Outubro Novembro tem estado praticamente parada. É uma rua que tem como complemento a Igreja, a Junta de Freguesia, a escola e o infantário, e não há alternativas, tal como as SCUT's. Uma vez que, parece-me, que aquela obra é da administração da Câmara Municipal, gostaria de saber quando vai ser finalizada a obra?» -----  
-----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Eu não quero fazer aqui uma afirmação de ciência exacta, mas parece-me, que eventualmente neste mês de Julho poderá estar concluída. Tendo o pavimento que é aquilo que julgo que o preocupa em primeira mão. O senhor presidente da Junta está aqui a dizer que já tem máquinas do próprio empreiteiro para começarem a pôr o pavimento. É obvio que os senhores compreenderão que nós gostávamos que fosse mais cedo, verificaram-se o problema dos concursos também do tempo. Apesar da nossa vontade nestas coisas há sempre alguma dilação e por isso temos de pedir aos nossos concidadãos de Pias alguma benevolência.» -----  
-----

----- Faltaram à sessão os seguintes membros: -----

----- Dora Manuela Rocha; -----

----- João Amadeu Ferro; -----

----- Manuel Joaquim Mota, presidente da Junta de Freguesia de Casais; -----

----- João Edgar Ferreira Avelino, presidente da Junta de Freguesia de

Lousada Santa Margarida; -----

----- José Oliveira Nunes, presidente da Junta de freguesia de Nespereira. ----

----- Passou-se de seguida à discussão e votação da acta minutada que fica  
apensa a esta acta e que foi aprovada por unanimidade de quarenta e cinco  
votos. -----

----- Eram vinte e três horas e trinta minutos quando foi dada por encerrada a  
sessão. -----

### A MESA

---

---

---